

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO**

**A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS
REFLEXOS NAS REGIÕES DE OURO PRETO E MARIANA**

FERNANDO LEITE DIAS GONÇALVES OLIVEIRA

**MARIANA, MG – BRASIL
2018**

FERNANDO LEITE DIAS GONÇALVES OLIVEIRA

**A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS
REFLEXOS NAS REGIÕES DE OURO PRETO E MARIANA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Ouro
Preto como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Ricardo André da Costa

MARIANA – MG
DEECO / ICSA / UFOP
2018

Catálogo na fonte elaborado pelo bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. 1407

0482e Oliveira, Fernando Leite Dias Gonçalves
A efetividade das políticas de educação no Brasil
e os reflexos nas regiões de Ouro Preto e Mariana
[recurso eletrônico] : Fernando Leite Dias Gonçalves
Oliveira.-Mariana, MG, 2018.
1 CD-ROM; (4 3/4 pol.).

TCC (graduação em Economia) - Universidade Federal
de Ouro Preto, Mariana, 2018

1. Ensino superior - Brasil - Teses. 2. MEM. 3. Educação
básica - Mariana (MG) - Teses. 4. Monografia. 5. Economia
- Brasil - Teses. 6. Educação Superior - Mariana (MG)
- Teses. 7. Educação básica - Ouro Preto (MG) - Teses.
8. Educação Superior - Ouro Preto (MG) - Teses. I. Costa,
Ricardo André da. II. Universidade Federal de Ouro
Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas -
Departamento de Ciências Econômicas. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 37(815.1)
: 15
: 1419788

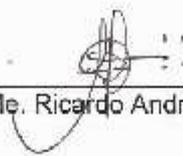
FERNANDO LEITE DIAS GONÇALVES OLIVEIRA

Curso de Ciências Econômicas - UFOP

A EFETIVIDADE DAS POLITICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS
REFLEXOS NAS REGIÕES DE OURO PRETO E MARIANA

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Me. Ricardo André da Costa.

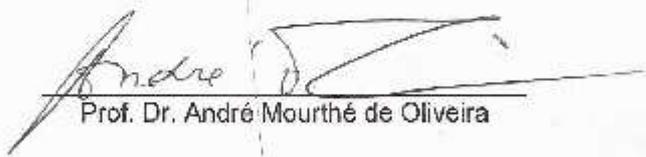
Banca Examinadora:



Prof. Me. Ricardo André da Costa (orientador)



Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira



Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira

Mariana, 31 de janeiro de 2018.

“Gostaria que você soubesse que existe dentro de si uma força capaz de mudar sua vida. Basta que lute e aguarde um novo amanhecer” (Margaret Thatcher)

AGRADECIMENTO

A estrada percorrida pelo caminho do conhecimento é impossível sem sábios para nos guiarem. Agradeço, primeiramente, ao Prof. Ricardo André da Costa pela sua árdua orientação, dedicação ímpar e, principalmente, acreditar no potencial deste trabalho. A gratidão é algo que irei recordar para sempre.

Em um segundo ato de agradecimento, cumprimento à centenária e importante instituição UFOP e seus colaboradores. Entre eles o Prof. Victor Maia Senna Delgado pelo apoio em uma época delicada, sempre acreditando no potencial dos novos alunos. Ao Prof. Francisco Horácio por extrair o pensamento criativo e ao vasto ensinamento sobre banco de dados e a todos do DEECO.

Aos colegas de curso, pelos variados momentos vividos. Pelas risadas e apertos, não poderia escrever apenas um nome, por isso obrigado a TODOS!

A família, que sem ela nada seria possível. Em especial, aos meus pais, Fernanda e Marcelo e a minha irmã Marcela. Em particular, a minha companheira Jessica, Obrigado.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE QUADROS E TABELAS	vi
LISTA DE SIGLAS.....	vii
RESUMO.....	viii
<i>ABSTRACT</i>	ix
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.2 Objetivos.....	4
1.2.1 Geral.....	4
1.2.2 Específicos	4
2. RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA, EDUCAÇÃO E POLITICAS PÚBLICAS	5
2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	7
2.2 Ensino Básico.....	11
2.2.1 Ensino Infantil	12
2.2.2 Ensino Fundamental	13
2.2.3 Ensino Médio	13
2.3 Ensino Superior	14
2.4 Plano, Programas e Ações	15
3. ESTRATÉGIA EMPÍRICA.....	17
4. POLÍTICAS DE ACESSO E A REALIDADE DE ENSINO: O CASO DAS CIDADES DE OURO PRETO E MARIANA, EM MINAS GERAIS.....	18
4.1 Análises preliminares sobre o panorama da educação no Brasil, Sudeste e Minas Gerais	19
4.2 Políticas e realidade da Educação Ouro Preto e Mariana	24
5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	31
REFERÊNCIAS	33

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: EVOLUÇÃO DA MATRICULA NO ENSINO BÁSICO.....	20
FIGURA 2: EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO INFANTIL	21
FIGURA 3: EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO	21
FIGURA 4: EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO PROFISSIONAL	22
FIGURA 5: MATRÍCULA ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	23
FIGURA 6: MATRÍCULAS ENSINO SUPERIOR CONFORME INSTITUIÇÃO E LOCALIDADE ANALISADA	24
FIGURA 7: MATRÍCULAS NO ENSINO BÁSICO PARA AS CIDADES DE MARIANA E OURO PRETO, DURANTE O PERÍODO DE 2010 A 2015	26
FIGURA 8: EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MARIANA E OURO PRETO.....	27
FIGURA 9: EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM MARIANA E OURO PRETO	28
FIGURA 10: NÚMERO DE JOVENS MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO E NO ENEM / TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO ENEM.....	29
FIGURA 11: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS UFOP E IFMG	30

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1: INDICADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - BRASIL E MINAS GERAIS (EM %)..	2
TABELA 2: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL EM MINAS GERAIS.....	19
TABELA 3: EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL EM MINAS, SUDESTE E BRASIL	20
TABELA 4: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL MARIANA.....	25
TABELA 5: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL OURO PRETO	25

LISTA DE SIGLAS

BR - Brasil

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

ICSA - Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas

ICHS - Instituto de Ciências Humanas e Sociais

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MG – Minas Gerais

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

PME – Plano Municipal de Educação

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SE - Sudeste

SEE/MG- Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SERES - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO

No mundo globalizado e cada vez mais integrado que temos, a educação ganha papel fundamental no bem-estar de qual quer sociedade e na importância para o futuro do indivíduo. O processo de esvaziamento das escolas, sucateamento, falta de políticas públicas eficientes e a busca por índices vazios claramente eleitorais pelos políticos preocupa a população cada vez em maior escala. Nesse âmbito, a educação do ensino médio e ensino superior têm ganhado espaço no debate educacional e de políticas públicas. Em Ouro Preto reside a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sendo um pilar intelectual na região do quadrilátero ferrífero, atraindo a atenção de muitos jovens e pesquisadores de todo o Brasil. A lacuna deixada no debate é a da representatividade dos jovens da região de Ouro Preto e Mariana, nas políticas de inserção à educação e UFOP que tem sede no *campus* no Morro do Cruzeiro em Ouro Preto, e em Mariana possui dois *campi* – o Instituto Sociais Aplicadas e o Instituto Ciências Humanas e Sociais. Acompanhando as políticas de inclusão na educação, o histórico vivenciado pela população e a real adesão dos jovens ao ensino médio e aos programas de educação do governo, bem como o impacto do REUNI e a real efetividade na região nos últimos anos, acredita-se que possa haver um quadro de expansão da escolaridade da população local. O fato é que as políticas voltadas para a educação nem sempre são efetivas, porém, os resultados deste trabalho mostram índices de matrícula no ensino básico e superior, em que se observa a possibilidade de se vislumbrar a efetividade dos programas e ações do governo.

Palavras-chave: Economia da Educação; UFOP; Educação; Ensino Básico; PNE e Matrículas.

ABSTRACT

In the globalized world and increasingly integrated than writing, education gains a pivotal role in quality well-being and is important for the future of the individual. The process of emptying schools, scrapping, the lack of efficient public policies, and the search for empty indexes for politicians are worrying the population on a larger scale. In this field, the education of high school and higher education in the open space in the educational debate and public policies. In Ouro Preto, he is a resident of a Federal University of Ouro Preto (UFOP), being an intellectual pillar in the iron quadrilateral region, attracting the attention of many young people and researchers from all over Brazil. The gap left without debate is a representation of the young people of the region of Ouro Preto and Mariana, in the policies of insertion in education and UFOP that has a campus without Morro do Cruzeiro in Ouro Preto, and in Mariana has two campuses - Instituto Sociais Aplicações and Humanities and Social Sciences Institutions. Following the policies of inclusion in education, the history of the population and the secondary education of young people to high school and government education programs, as well as the impact of REUNI and real effectiveness in the region in recent years, we believe that we can A framework for expanding the education of the local population. The fact is that education policies are not always effective, but they are the results of this work, but there are no basic and superior teaching, which shows the possibility of seeing the effectiveness of government programs and actions.

Keywords: Economics of Education; UFOP; Education; Basic education; PNE.

1. INTRODUÇÃO

O ensino superior e o setor de pesquisa do Brasil, em suma, são realizados dentro das Universidades Federais, as quais assumem muitas vezes o papel central na difusão educacional, no crescimento socioeconômico regional, incremento tecnológico, pesquisas e na alavancagem educacional para muitos jovens, que almejam fazer parte da vida acadêmica. Nesse sentido, os cursos e vagas ofertados pelas instituições de ensino público superior sofreram um grande crescimento com os programas públicos, em especial, com o REUNI.

A educação média teve grande enfoque nos anos 1990, proporcional a sua importância no debate educacional brasileiro, sendo este ensino a antessala do ensino superior. A questão é que a realidade brasileira nos mostra uma maior evasão dos alunos, desistências e também a falta de ações da sociedade e poder público para mudar ou coibir essa fuga dos jovens perante a educação.

Todavia, alguns autores e institutos de pesquisa têm abordado o tema. De acordo com Delgado (2008), as evidências apontam que a qualidade da educação brasileira é menor em relação aos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O impacto de resultados menos significativos implica que um ano de estudo no ensino fundamental no Brasil corresponde a um tempo menor de formação nos outros países. Outro motivo é a ineficiência do sistema educacional, já que se gasta cerca de 4,5% do PIB e os resultados, ainda assim, são decepcionantes. Em seu trabalho, Delgado (2008) mostra a evolução dos indicadores para a educação fundamental pública no Brasil e em Minas Gerais, o que pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1: Indicadores do ensino fundamental - Brasil e Minas Gerais (Em %)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil							
Cobertura do ensino*	0,99	0,98	0,99	1,00	1,00	1,00	1,00
Taxa de repetência	0,11	0,11	0,12		0,13	0,14	
Taxa de abandono	0,12	0,13	0,10		0,09	0,09	
Minas Gerais							
Cobertura do ensino	0,99	0,99	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Taxa de repetência	0,07	0,07	0,07		0,10	0,11	
Taxa de abandono	0,11	0,08	0,06		0,07	0,07	

*Taxa de escolarização líquida; a população foi obtida por interpolação geométrica entre 1990 e 2000.

Fonte: adaptado de Delgado (2008) com base nos dados do INEP/MEC

Em Minas Gerais, Ouro Preto e Mariana o ensino médio tem demonstrado índices decrescentes ano após ano, o que nos leva a refletir sobre toda cadeia educacional. É nesta época em que os jovens estão amadurecendo e buscando suas profissões, vocações, caminhos a seguir e sonhos a realizar, mas muitas vezes estão em desamparo na sociedade civil e frente às políticas públicas.

Os dados sobre educação no país nem sempre foram de alto teor de informações. Para tentar contornar este problema, o presente trabalho contempla informações dos anos de 2005 a 2015, ressaltando a mudança da forma de pesquisa feita pelos órgãos controladores a partir de 2009 e 2010. Com isso, foi possível mapear de forma mais ampla, com maior gama de detalhes que nos permitem estudar a eficiência das ações públicas no quesito educacional, no desenvolvimento microrregional e no bem-estar futuro do nosso país.

Como estudo de caso, tomamos a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com sede na cidade de Ouro Preto e considerada uma importante instituição educacional com tradições seculares e com amplo apelo e relevância para toda região do quadrilátero ferrífero, berço de grandes contribuintes da sociedade inconfiante, responsável direta pelo fomento de pesquisas e inovações e que atrai jovens de todo mundo, em especial, os jovens da região. A cidade de Mariana, conhecida como primaz de Minas, também é agraciada com dois *campi* da instituição o ICSA e ICHS. Fica evidente que a importância da UFOP para região é inegável, mas a representatividade dos jovens nativos é sempre muito questionada, levando a outras críticas, como o do real papel de desenvolvimento, a relevância socioeducativa e o acesso para os jovens e para a população local.

Posto isso, este trabalho vem com o intuito de preencher e esclarecer importantes brechas do debate, mostrar a real participação do jovem e efetividade dos planos e políticas tomadas para a educação ouropretana e marianense, focando na realidade do ensino regional. Assim, este trabalho de conclusão de curso busca observar e esmiuçar a realidade educacional local e regional no Brasil, pois, acredita-se que o problema educacional brasileiro não é assunto atual, nem um problema que se resolve em poucos anos.

Há diversos países com muito investimento e políticas públicas sérias, com planejamento, empenho da sociedade civil, mostrando que é possível conquistar a tão sonhada educação de qualidade universal. Na literatura sobre o tema, temos que um país que não investe seriamente em educação é um país fadado ao fracasso.

O tempo médio de estudos do brasileiro está entre os três piores do continente América, ficando à frente apenas de Colômbia e Suriname (Pnud/ONU, 2013). Este quadro é alarmante, sendo o Brasil uma das maiores economias emergentes do mundo. Nas terras brasileiras todos têm direito de estudar, tendo ensino gratuito da creche até o ensino superior.

Nessa perspectiva, a motivação deste trabalho está no fato de que a influência da educação está em todos os ramos da sociedade. Seja na melhoria da qualidade de vida individual, na busca por empregos, melhor convívio perante as pessoas ou nas leis do cotidiano, diminuindo problemas de todas as formas. O assunto, educação no Brasil, não é algo novo, mas a análise microrregional, a importância dos centros superiores para cidades pequenas, os índices de evasão, a participação dos nativos nessas instituições, a parceria que existem entre órgãos para melhoria da qualidade de vida do ser humano é pouco explorada por todos. A mudança na forma de coletar informações, as várias e não aprofundadas políticas públicas e a falta de alcance das mesmas são entraves e dificuldades para conseguir elucidar e traçar uma real situação da educação.

Em Ouro Preto e Mariana, onde se encontra uma grande massa carente, muito refém de empregos em mineradoras, empreiteiras e turismo e funcionalismo público, a UFOP aparece como uma importante saída para muitas pessoas que buscam incremento no ensino.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Explicar e comparar a realidade educacional do ensino da região de Ouro Preto e Mariana com o Brasil, o apelo aos programas públicos de facilitação ao acesso a instituições federais e o reflexo disto na Universidade Federal de Ouro Preto.

1.2.2 Específicos

- a) Contextualizar historicamente a trajetória da educação no Brasil;
- b) Identificar as políticas de ensino básico na região de Ouro Preto e Mariana;
- c) Verificar a importância das políticas públicas de educação para a inserção dos indivíduos no ensino.

Além desta seção introdutória, no tópico seguinte deste trabalho, o leitor terá uma contextualização entre economia e educação, passando para uma agradável e breve história educacional brasileira, levando para o entendimento do funcionamento de algumas etapas do processo educacional, políticas públicas, planos e ações. Em sequência, é apresentada a realidade educacional por fase da vida escolar, que constituem o ensino básico brasileiro. Por fim, será descrito o estudo de caso específico para a realidade educacional de Ouro Preto e Mariana, que será acompanhada da conclusão e sugestões para futuros trabalhos.

2. RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Educação é uma palavra de inúmeros significados e sentimentos, cada pessoa interpreta diferentemente a educação, mas todas têm a percepção e sentem a educação. O conceito sofre influências e é certo dizer que o processo tem como objetivo desenvolver o interior e o conhecimento adquirido através de experiências.

Se consultarmos um dicionário, educação significa: “o ato ou efeito de educar; processo de desenvolvimento da capacidade física e intelectual” (Dicionário Aurélio, 7ª edição, 2009). Nada mais concreto que a evolução educacional como fator imprescindível ao desenvolvimento de uma sociedade, uma vez que a educação traz o ser “animal bárbaro” a uma nova gama de saberes, um universo de possibilidades, melhorando a interação social e resolução de situações. Nos diálogos de Sócrates, em que temos o berço do pensamento filosófico – mãe de todas as disciplinas – o tema educação é relevante. Para os socráticos, educação é liberdade, é um meio não o fim, é o que nos tira da ignorância, a luz que nos retira da caverna, o autoconhecimento, sabedoria prática.

De acordo com Rousseau ([1999]; 1712-1778), a verdadeira finalidade da educação era ensinar as novas gerações a viver e a aprender a exercer a liberdade. Na mesma época, acreditava-se que a educação é parte do direito à vida, pois só assim poderão ser formados seres conscientes, livres e senhores de si mesmos.

Para a ampla maioria dos autores, o papel do governo é altamente relevante, é este órgão social o responsável por estabelecer minimamente a educação para seu povo. Os governos que negligenciam a instrução elementar para seu povo permitem com que as sociedades, ditas civilizadas, vegetem em uma situação próxima a barbárie. Logo, é dever da população recorrer às autoridades públicas para que todos, até os menos favorecidos tenham acesso, devido ao interesse do corpo social (SAY, [1983]; 1767-1832).

Segundo Friedman ([1984]; 1912-2006) a educação básica, minimamente desenvolvida, poderia ser dada pelos pais, mas esse economista afirmava que a dificuldade disto decorria das distorções dos valores sociais básicos, sendo papel do Estado, não patriarcal, de suprir esta carência, levando a um efeito colateral. Efeito latente este que, segundo o autor, é quando não só a criança ou os pais

ganham com a educação, mas toda a sociedade, já que o indivíduo poderá exercer ações, buscar conhecimentos, facilitar os eventos cotidianos.

A educação vai em encontro com a emancipação da classe trabalhadora, rompendo a raiz do pensamento burguês, levando o aluno para a vida política e social, um ideal revolucionário (MARX, [1984]; 1818-1883). Neste mesmo pensamento, de acordo com Zacarias (2007), a sociedade é dividida em classes. Referindo-se a classe que exerce a educação como prática de dominação e a classe oprimida que pratica a educação como liberdade, ou chance de melhoria. O autor afirma ainda que a maior tragédia do homem moderno é consumir mitos e publicidade organizada, renunciando a capacidade de decidir. Logo, a educação é direito universal, dever do Estado e obrigação para a família.

O povo que tem seu ensinamento e instrução garantido segue rumo à decência, organização e desenvolvimento, fazendo com que as pessoas, cada qual em seu privado, mais respeitadas e com maior chance de respeito perante ao próximo (SMITH, [1983]; 1723-1790). A escolaridade média da população é um forte traço do desenvolvimento da nação, sendo universidades e escolas seus principais formadores, fazendo com que o sistema educacional seja um equalizador de oportunidades para pessoas que serão parte fundamental na produção tecnológica, operações e produções (LINS, 2013).

O tratamento separado da política social e da economia levam a um claro dano para ambas, logo, a abertura do espaço para estudos sobre desenvolvimento é pensada em um quadro mais amplo (DRAIBE; RIESCO, 2011). Os variados métodos produtivos, impostos pelos novos padrões produtivos e tecnológicos, tem levado as nações ao empenho em estratégias e melhorias educacionais (MELLO, 1991). As ações políticas educacionais estão sempre apontando para a equidade, com este espírito, a educação vem como instrumento de alocação do indivíduo no mercado de trabalho, este por sua vez é uma pequena e importante peça na máquina econômica, mas não é apenas para este princípio que a educação é necessária. A instrução é importante para a formação do indivíduo como cidadão, trazendo universalidade, igualdade e justiça social, não ficando as ações na educação como meras regras morais (DRAIBE; RIESCO, 2011).

A crescente demanda moderna pela informação e conhecimento em função da diversidade de ideias e pessoas trazida pela tecnologia de comunicação e as novas formas de organização sociais geram crescentes pressões nas ações

públicas, que são vistas não apenas como uma simples ação, mas sim como um elemento dinamizador positivo de todas as camadas sociais (MELLO, 1991).

Com todo conhecimento e importância sobre educação, países tem investido cada vez mais em seus alunos. No caso do Brasil, por exemplo, um aluno de ensino básico gera um custo em torno de R\$ 2.739,00 anuais, este custo é cinco vezes maior para alunos universitários, mostrando que o país tem uma gama de investimento por volta de 136 milhões na educação básica (PORTAL MEC, 2016). O elevado custo dos alunos universitários passa pelo fato da produção tecnológica e acadêmica estar concentrada nas instituições superiores públicas. O plano de ação de maior dimensão para os cursos superiores públicos no Brasil foi o REUNI, onde teve seus investimentos projetados em dois bilhões de reais, este investimento tem como alma a expansão e diversificação da educação superior, visando o desenvolvimento e melhoria socioeconômica (REUNI, 2007). Isso mostra a importância do estudo e entendimento entre economia, políticas públicas e educação.

2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação na Pindorama (Dicionário Aurélio, 2016) vem de longa data e se mistura, entrelaça, esbarra na história da fé cristã no país, crises políticas, mudanças sociais, crenças de mandatários. A educação no país pode ser dividida em períodos cronológicos, levando em consideração a relativa estabilidade econômica, social e política.

No século XVI, com a chegada dos portugueses, vieram os primeiros jesuítas que construíram a primeira escola no território brasileiro. Dentre os mais conhecidos temos o padre José de Anchieta, que junto aos demais jesuítas foram pessoas dedicadas à fé cristã católica e tinham receio da revolução protestante, que estava em alta na Europa. Logo, se apressaram na conversão à religião católica e alfabetização, forçadas, aos índios. No final do mesmo século, os jesuítas já detinham várias escolas pelo país e criaram as missões, sendo responsável pela alfabetização de todos os moradores. Além da alfabetização, a igreja detinha os cursos de letras e filosofia e orientava a população nativa ao plantio, mudando a relação social para sempre (GHIRALDELLI Jr., 2009).

Toda metodologia já implementada e consolidada sofrera uma grande perda e um rasgo na educação do século XVIII. O então primeiro ministro de Portugal, Marquês de Pombal, sobre grande influência dos pensamentos iluministas, expulsou todos os jesuítas das colônias e reformulou as escolas para servirem ao Estado, não mais a fé. Nesta época, cada aula era regida de forma isolada e autônoma, professores não eram treinados. O resultado catastrófico no princípio do século XIX foi que a educação na Terra de Vera Cruz tinha se reduzido a, praticamente, zero (LOPES, 2000).

Ainda conforme Lopes (2000), com a fuga da família real em 1808, o ensino no país voltou a ter mudanças. A chegada de Dom João VI levou ao Brasil a aberturas dos portos para nações amigas, além da criação de jornal com circulação nacional, criação de academias, escolas de educação superior, museus entre outras “maravilhas”. Todavia estas maravilhas da educação não eram aproveitadas pela massa da população, e sim, apenas por grandes burgueses, membros da coroa, aristocratas, religiosos, famílias abastardas em geral. Isso contribuiu para com a ignorância do povo, bem como a estagnação educacional e social.

No período Imperial pouca coisa mudou, a precariedade era enorme e muitos remendos, decretos e “gambiarras” foram feitos. Entre eles método do ensino mútuo e o decreto que instituiu quatro graus de instrução. No final do século XIX, o ilustre Ruy Barbosa recomenda a liberdade, a obrigatoriedade de ensino e o ensino laico para a educação no país, palavras guiadas pela Maçonaria. Ressalta a disparidade social, vocacional, educacional, técnica contida desde a chegada dos portugueses (RIBEIRO, 2000).

Conforme Meirelles (2013), a Proclamação da República foi um grandioso passo para a nação brasileira, um período marcado pelo café com leite, reestruturação da força de trabalho, começo da urbanização e industrialização. Com o ensino, o problema diante da fragmentação organizacional nacional, levou a uma enorme defasagem na educação, gerando diferentes concepções de ensino. Em 1920, a ideia de educação universal ganhou força no governo de São Paulo que, preocupado com o fato de a maior parte da sua massa jovem estar fora da escola, propôs uma etapa inicial gratuita e obrigatória, abrindo espaço para reformas em vários outros estados como Minas Gerais, por exemplo, ampliando a rede de escolas e a reformulação do currículo. Ressalta-se ainda a dificuldade de acesso as escolas, uma massa rural enorme e as estruturas sociais nos centros urbanos. As variadas influências de setores como as igrejas, grupo de trabalhadores, agrupamentos em cidades exerciam sua opinião e desejos, sabendo

da importância da educação não apenas como instrução, mas como uma forma de pensamento futuro. Os cursos superiores ainda eram tidos como artigo de luxo no meio educacional, deixando grande parte da população apenas com o básico.

Camilo (2013) explica que a crise de 1929, gerada pela queda da Bolsa de Nova York, desencadeou o desgaste da economia cafeeira e, também, do revezamento entre Minas Gerais e São Paulo no poder. Fortalecido, por isso, o movimento revolucionário conseguiu derrubar a República Velha e, em 1930, Getúlio Vargas se tornou chefe do governo provisório. A realidade do governo provisório era cruel, com o país em *déficit* e educação fragmentada com 80% de analfabetos em 1920. A solução encontrada foi a criação do Ministério da Educação.

Com a Constituição de 1934, o dever do poder público pela Educação foi estabelecido e definiu que educação era um direito de todos. Os preceitos totalitaristas se ampliavam na Europa e, movido por elas, Vargas estabeleceu o Estado Novo. A nova ideologia glorificava a estima da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira, para atender a estas aspirações, foram promulgadas leis orgânicas, redefinindo o tempo de cada ciclo (SCACETTI, 2013). Ainda de acordo com Scacetti (2013), com o fim do Estado Novo, o país promulgou outra constituição, nos anos de 1950 e 1960, quando país vivenciou um enorme populismo dos presidentes em ação – Vargas e Juscelino Kubitschek (JK). Surgiram movimentos de Educação popular, com inspirações até hoje ativas, como as Propostas de Paulo Freire, a prever que a educação servia para instigar a reflexão sobre a própria condição social. O período foi fértil na música, teatro, cinema, cultura, as ideias eram ótimas, porém a realidade educacional pouco se alterou. Mulheres apenas com disciplinas básicas e de serviços manuais de casa, mais de um terço de analfabetos e o contínuo acesso exclusivo do ensino superior.

Em 1964, com o início do regime militar e as leis severas (e insanas), houve a promulgação do Ato Institucional nº 5, em que muitos docentes, estudantes e militantes foram presos, exilados, torturados e outras barbáries. Paulo Freire foi exilado no Chile e a Escola Nova foi abandonada para as políticas públicas. O novo governo conservou a preocupação com a industrialização crescente e o foco em formar um povo capaz de executar afazeres, mas não necessariamente de pensar sobre ela, ou refletir sobre (FERREIRA, 2013).

Naquela época, a meta do governo era a elaboração com uma escola primária voltada para uma atividade prática e o 2º grau técnico, preparando assim

todo pessoal para o mercado, as atitudes visavam a criação de uma potência econômica mundial. No ensino superior, a situação era crítica e caótica, a falta de oferta acompanhada pela crescente demanda, a revolta dos jovens era grande. Todavia, o governo ditatorial tomou uma postura intransigente ao considerar ilegal qualquer tentativa de organização política, sendo qualquer posição contrária vista como subversiva. No início da década de 1970, foi oficializado o vestibular classificatório nas universidades, a obrigatoriedade escolar ampliada até os 14 anos, a disciplina de Educação Moral e Cívica obrigatória desde o início do regime começa a dividir lugar com disciplinas de Estudos Sociais. A ideia do governo era criar um pedagogo que seria técnico da educação, para poder lecionar por diferentes áreas. Com as constantes repressões sofridas nas escolas e centros pensantes, a insatisfação popular era eminente. O cenário ruim se somou com a crise do petróleo em 1973, acabando com as ideias do milagre econômico, gerando muita força para militância política, pensadores, artistas e a reivindicação da democracia. No final da década de 1970, o governo militar começa uma abertura lenta e gradual e, como uma das últimas ações, os militares revogaram a obrigatoriedade de o 2º grau ser profissionalizante (CAMILO, 2013).

O ensino brasileiro nos períodos posteriores a constituição de 1988 é marcado por uma enorme falta de equidade perante aos indivíduos. Professores mal pagos, condições precárias, alto índice de evasão, enorme índice de reprovações e poucas modificações a respeito, causando um efeito perverso na autoestima e confiança dos envolvidos (MELLO, 1991). Os anseios da população civil e os diferentes interesses políticos e sociais eram favoráveis e mais amplos possíveis. Na Constituição Federal de 1988, aprovada sob o governo Sarney, surge leis educacionais que redefiniram a maneira geral das escolas (CASTRO, 2008).

A Constituição Brasileira definiu a universalidade da educação, no capítulo III Seção I, a carta é esclarecedora quanto ao direito de todos e dever do Estado perante a educação. O custeio de toda essa gama de investimento, segundo o Art. 212 determina que a União, anualmente, deverá aplicar no mínimo dezoito por cento na área, enquanto os municípios aplicariam vinte e cinco por cento da receita líquida de impostos. Este mecanismo afirmou recursos para atingir os objetivos triviais, explicitado no art. 205. Nos anos de 1990, o espírito de reforma na educação seguiu tendências mundiais, todavia, não fora verificado na estrutura burocrática e pragmática. Assim, o sistema passava por um sério e grave problema no aparato organizacional, a expansão rápida de matrículas e a falta de um caminho central (MELLO, 1991).

A reforma nas leis básicas se iniciou já nos anos 1990. As principais foram a aprovação da lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), pela Emenda nº 14, de 1996. Este segundo foi um passo importante para a distribuição dos recursos e melhorias, porém, ficou parcialmente danificado pela falta de integração entre os agentes e a ausência de ação em conjunto e o grande desnível regional (CASTRO, 2008).

Em 2001, foi aprovado o primeiro PNE, previsto pela constituinte e válido por uma década, este por sua vez só foi iniciado no governo Lula (CASTRO, 2008). As metas de universalização, equidade nas oportunidades e o devido tratamento para as camadas carentes foi vastamente perceptível, trazendo grande crescimento educacional, piso nacional para os docentes, aumento da obrigatoriedade escolar, programas profissionalizantes, culturais, levando o país para um patamar nunca visto (FERREIRA, 2013).

2.2 Ensino Básico

O ensino básico no Brasil abrange a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio. A educação básica é a passagem para garantir a todos os brasileiros a formação genérica imprescindível para a prática da cidadania e assegurar os meios de se progredir no trabalho, melhorar a saúde, ir além nos estudos posteriores, para melhor qualidade e entendimento da vida.

Atualmente, as ações, direções e legislação que nos regem a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A universalização da educação que é um pilar, uma diretriz motriz da nossa Constituição cidadã para cumprir essa enorme responsabilidade, considera primordial que se cumpra princípios básicos da valorização do diferente, a gestão transparente e democrática do ensino público, a equidade para o acesso e permanência, garantir padrão e qualidade de ensino (MEC, 2015).

Segundo o MEC (2015), os projetos, ações efetivas, políticas públicas, iniciativas criativas civis e projetos de lei debatidos pelos nossos legisladores, executivo e pela sociedade são dos mais variados. Grande parte para a melhoria real da educação. Infelizmente, poucos são efetivados e não criam lastro, real mudança no nosso sistema básico, desestimulando muitos pensadores da área, indignando a sociedade civil e levando a população a ter uma visão cada vez mais irreal, desencadeando a tomada de decisões erradas.

O fato é que a educação básica é um direito universal, abrangendo os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar e que têm a obrigatoriedade da educação e cidadania, na convivência, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas amostras culturais.

2.2.1 Ensino Infantil

A educação infantil é a única estritamente vinculada a idade do próprio indivíduo, sendo a primeira etapa da educação básica, crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. A finalidade principal é o desenvolvimento integral do novo pequeno homo sapiens, no aspecto intelectual, social, físico e psicológico (LDBE, 1996).

A educação infantil é um direito humano civil e social de toda e qualquer criança até os seis anos, independente de quaisquer características, religião, deficiência física, mental ou porte econômico. A educação para as crianças não está relacionada com as condições de trabalho da família, nem ao nível de instrução, opinião política ou orientação sexual. É um direito da criança, obrigação da família.

A educação infantil é um dever do Estado, as crianças têm jornadas diurnas integrais ou parciais, com programas político-pedagógico determinados e elaborados democraticamente, envolvendo profissionais e a comunidade. A forte e significativa demanda exige expansão desta modalidade de ensino, que facilita a busca por emprego para os familiares, protege as crianças e melhora a sociedade. Infelizmente, o cenário que o Brasil vive é de escassez de vagas nas creches, segundo relatos da mídia G1 (2017), o problema é vivido há anos por todo país e

que não é sanado em tempo hábil, dificultando para os responsáveis desenvolver uma atividade.

2.2.2 Ensino Fundamental

A educação fundamental é gratuita, universal e obrigatória aos indivíduos entre 6 e 14 anos. É neste período que o ser humano está aumentando seu leque social, conhecendo pessoas e situações. Esta etapa prevê o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (LDBE, Art. 32, 1996). Este ciclo é essencial para o entendimento e compreensão ao ambiente social, natural, às hierarquias, sistema político, as artes e aos valores básicos da sociedade, bem como a família sempre tem um papel importante e imprescindível na formação do indivíduo.

Desde 2005, a lei nº 11.114 decidiu a duração de nove anos para o ensino fundamental. Desta forma, a criança entra na escola aos 6 anos de idade. Esta mudança garante mais tempo para o convívio escolar e social, gerando maiores oportunidades para o conhecimento, o ciclo dura até o 9º ano.

Não obstante, é dever da escola tornar a matrícula pública, enquanto é dever dos pais realizar a matrícula. Quanto ao aluno, é seu aprofundar e extrair o máximo de qualidades. A oferta de escolas de ensino fundamental não é baixa, porém, o problema de má alocação, falta de estrutura física e valorização do professor são entraves que fazem o sistema não evoluir. Parcerias público-privada, com a comunidade e universidades, infelizmente, são escassas. É, por isso, que a família tem um importante papel na educação.

2.2.3 Ensino Médio

O ensino médio é a última etapa do ensino básico brasileiro com a maioria dos estudantes compostos de jovens de 14 a 18 anos, é parte do ciclo obrigatório no Brasil, tem como objeto dar autonomia do educando em frente as determinações

do mercado de trabalho, em um processo educativo centrado em respeitar as diferentes características dos indivíduos.

Segundo a Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil (2008), a identidade do ensino médio deve ser formada com base em uma concepção curricular, cujo o princípio é a unidade entre trabalho, ciência, cultura, tecnologia. Atualmente, o ensino médio integrado à educação profissional é uma das mais importantes políticas públicas, para tal, a União tem a responsabilidade de formação e coordenação dos projetos em regime de colaboração com os estados. Neste sentido, o ensino médio deve ser planejado em alinhamento com as características sociais, culturais e cognitivas, para uma melhoria contínua no processo de desenvolvimento histórico social, abrangendo os mais diversos temas, possibilitando desenvolvimento pleno do potencial individual.

Infelizmente, conforme a OECD (2017), no Brasil temos mais da metade da população de 25 anos ou mais que ainda não concluiu esta importante fase. O *déficit* em educação é um estorvo futuro, dificultando a inserção no mercado de trabalho e levando a sérias distorções culturais e desequilíbrios de salários.

2.3 Ensino Superior

O ensino superior no Brasil é uma etapa de ensino vivida por poucas pessoas, ele é ofertado por entidades públicas e particulares como universidades, faculdades, institutos superiores, centros universitários e centros de educação e tecnologia. O MEC é o órgão responsável por todas as etapas da educação, com a educação superior não é diferente, os ensinos públicos e particulares são submetidos a ele pelo decreto Nº 9.005, de 14 de março de 2017, anteriormente os cursos superiores eram de alçada da SERES. O ingresso nas instituições de ensino terciário tem diversas formas de acesso, o vestibular é a prática mais tradicional, atualmente o ENEM é a forma mais popular e acessível para o amplo público, um exame que dá acesso ao SISU, programas e ações públicas (MEC,2014).

O governo do país sustenta projetos que visam facilitar o acesso de docentes e discentes às instituições de ensino. Instituições estas que são as maiores responsáveis por criação acadêmica, projetos e pesquisas científicas.

Assim, a União se apresenta como um importante agente neste processo. (PORTAL MEC,2014)

O estudo da OECD (2017) aponta índices interessantes e preocupantes. A UF é um fator que distorce bastante as porcentagens de formandos diferentemente do ensino básico, que tem índices parecidos. Em unidades federativas como o Distrito Federal, por exemplo, 34% são formados contra 7% no Maranhão. Apenas 15% da população acima de 25 anos tem o ensino terciário no Brasil e, comparado a outros países, a distorção salarial que isto acarreta é enorme, levando aos concluintes de ensino médio a ganhar 2,4 vezes a menos que alguém com ensino superior.

2.4 Políticas Nacionais e Programas aplicados na Educação

A educação e desenvolvimento são temas que andam sempre juntos nos mais variados debates, o Plano Nacional da Educação (PNE) parece concordar com isso. O PNE é uma condição constitucional com período decenal, estados, municípios e planos plurianuais devem tê-lo como norte. É um plano impossível se executado de forma desarticulada, todas as camadas envolvidas na educação precisam se orientar e entender. Esta árdua tarefa do MEC tem como intuito diminuir distorções entre regiões e alinhar diretrizes. O PNE contextualiza 20 metas nacionais, em sua maioria busca a qualidade e equidade da educação, para tal o plano tem como recurso uma porcentagem do PIB. Em um país de tamanho continental e de enorme desigualdade econômica social, planos nacionais são importantes para um desenvolvimento sustentável e uma educação universal (PNE, 2014).

O “espírito” do PNE é uma educação ampla e integrada, a maior dificuldade encontrada são as atribuições que cada camada envolvida deve tomar. Por isso, é necessário um desenvolvimento sistêmico na gestão, tendo interações agregadoras entre União, UFs e municípios. Com as responsabilidades dos estados e municípios, muitos programas e ações não estão diretamente vinculadas à União, mas são de extrema importância para o bom desenvolvimento do Ensino Básico (PNE, 2014)

O desenvolvimento da educação não se dá apenas por planos de ensino básico. O Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o REUNI, foi um grande avanço para o desenvolvimento do acesso à educação superior. A união adotou uma série de medidas para aumentar a oferta de vagas e cursos nas universidades federais e tem como principal proposta diminuir as desigualdades sociais no país. O REUNI foi um dos principais programas de acesso ao ensino superior da história do país, iniciado em 2008, o programa alavancou a quantidade de indivíduos no ensino superior (Reuni, 2017). A desigualdade de oportunidades é um tema de grande preocupação, assim, para tentar sanar esse problema social histórico, o país desenvolveu a Lei nº 12.711/2012 ou “Lei de Cotas”, que busca reservar 50% das matrículas nas universidades federais para pessoas de baixa renda, indivíduo oriundo da educação básica pública, negros e indígenas.

A educação superior é uma constante nos debates de educação e, para tentar equilibrar as distorções históricas, programas de financiamento são vistos com bons olhos pela população. A lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que institui o FIES, tem o intuito de financiar a graduação superior de estudantes que não têm condições de pagar os custos do ensino.

Outro programa muito bem aceito pela comunidade brasileira é o ProUni, criado pela Lei nº 11.096/2005, que consiste em distribuir bolsas de estudos parciais e integrais para cursos de formação específicas.

As diretrizes e ações propostas pelo governo se alinham às evidências mundiais, em que a escolaridade, capacitação e o bom desenvolvimento do indivíduo são fatores indispensáveis para o desenvolvimento socioeconômico de um país. Portanto, a educação através do indivíduo é o combustível e o ponto central da formação de capacidade e tecnologia social (LINS, 2013).

3. ESTRATÉGIA EMPÍRICA

O presente trabalho foi embasado por dados de fonte secundária da área da Educação das cidades de Ouro Preto e Mariana, bem como artigos e livros da área de Economia, Educação, Filosofia, artigos internacionais e registros da mídia formal. Trata-se de um estudo de caráter histórico quantitativo e qualitativo, uma vez que busca explicar historicamente a educação com dados já existentes e enriquecer o debate.

Para realizar a escrita deste trabalho, foi necessário consultar leis específicas, políticas públicas das cidades de Ouro Preto e Mariana, políticas públicas estaduais e nacionais. Através da consulta ao Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação Minas Gerais, Plano Municipal de Educação de Ouro Preto e ao Plano Municipal de Educação de Mariana foi possível estudar e entender melhor a situação e objetivos educacionais que a região geográfica está tomando. Ressalta-se as ações interligadas das camadas e agentes tomadores de decisão.

Para atingir a proposta do trabalho, foram coletados dados do ensino básico do país e das regiões estudadas, além de informações da participação do ENEM de Ouro Preto e Mariana e das instituições superiores. Os materiais foram adquiridos através de pesquisa em bancos de dados dos principais órgãos como: Secretaria de Educação de Minas Gerais, INEP, IBGE e MEC, cujo o registro de informações foi de grande valor para a análise, cruzamento de dados e conclusões.

As informações foram disponibilizadas através do programa Excel e em arquivos no formato Pdf. Após a posse de todos os dados necessários para a análise, os dados foram compilados e cruzados para serem explanados e dispostos neste trabalho, uma vez que o número de informações foi de grande volume. Assim, a pesquisa buscou explicitar fatores históricos, políticas de ações públicas e compilar para melhor entendimento do leitor.

No próximo tópico, é possível visualizar a análise de resultados deste trabalho, bem como caminhos, alternativas e dados complementares para os problemas apontados e o debate presente.

4. POLÍTICAS DE ACESSO E A REALIDADE DE ENSINO: O CASO DAS CIDADES DE OURO PRETO E MARIANA, EM MINAS GERAIS

Em consonância com as metas da federação, os anseios da população e visando melhor desenvolvimento educacional para todos, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais promove programas e ações que buscam aperfeiçoar o ensino e solucionar problemas, lembrando das metas do PNE e as necessidades regionais.

Uma importante ação que tem sido executada é a Reestruturação da Educação de Jovens e Adultos. Esta importante modalidade de ensino permite ao indivíduo, que não tivera acesso ou seguimento nos estudos, possa concluir o Ensino Fundamental e Médio. Esta ação estadual se associa aos dados compilados que serão mostrados posteriormente. O EJA é um dos seguimentos de ensino que mais sofreu com a queda do número de participantes, em contraponto, o índice de pessoas com o fundamental e médio incompleto são altos. Isso permite inferir que as pessoas que se beneficiam com as políticas de educação têm consciência de que ela serve como um instrumento transformador e impulsionador da liberdade individual, como já haviam afirmado Rousseau, Smith e Marx, entre outros.

A Educação Profissional, por sua vez, tem como objetivo ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes em toda Minas Gerais, de acordo com as particularidades de cada região, contribuindo para a inserção do estudante no mercado de trabalho. Esta ação vai de encontro com desejos nacionais e políticas de facilitação da educação técnica como, por exemplo, o PRONATEC. Nessa perspectiva, a SEE/MG visa ampliar o número de cursos e vagas em todo o estado, bem como a pluralidade e opções de cursos têm como objetivo atingir uma gama de categorias de trabalho. Em geral, os cursos são gratuitos, visando jovens e adultos, principalmente, da rede pública. A Tabela 2 representa bem o motivo de tomada de decisão de algumas políticas praticadas pelo SEE/MG.

Tabela 2: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em Minas Gerais

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,257	0,47	0,638
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	26,16	36,78	51,43
% de 5 a 6 anos na escola	37,31	71,94	92,16
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	36,35	68,88	87,96
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	17,27	45,42	60,94
% de 18 a 20 anos com médio completo	11,17	26,33	42,82

Fonte: adaptado da PNUD, IPEA e FJP

Como se observa, a melhora dos indicadores nos últimos anos é evidente, todavia, ainda é alarmante o nível de pessoas com mais de 18 anos sem ensino fundamental completo. Vale a ressalva que em muitos cursos profissionalizantes não é necessário o ensino médio completo. Isso também corrobora as afirmações de Mello (1991), sobre o fato de haver uma crescente demanda pela informação e conhecimento em função da diversidade de ideias como um elemento dinamizador positivo de todas as camadas sociais.

4.1 Análises preliminares sobre o panorama da educação no Brasil, Sudeste e Minas Gerais

O panorama encontrado pela as análises do Brasil, Sudeste e Minas Gerais trouxeram características semelhantes em algumas camadas do ensino e grande discrepância em outros. A seguir o trabalho contempla dados sobre esse cenário, sanando dúvidas sobre políticas efetivas ou não. A Figura 1 mostra a evolução do número de matrículas no ensino básico, conforme a proposta de análise desta seção.

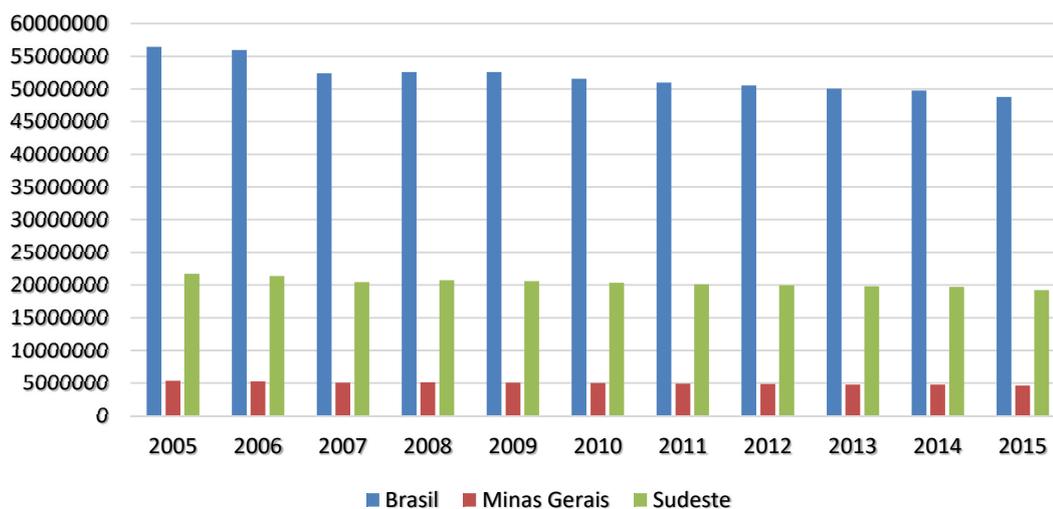


Figura 1: Evolução da Matrícula no Ensino Básico

Fonte: adaptado do INEP (2005-2015)

No gráfico da Figura 1 é perceptível a queda na educação básica como um todo, ano após ano. Para melhor compreender esta queda gradual, é preciso esmiuçar as fases do ensino para entender realmente quais políticas de educação estão tendo o alcance esperado (Tabela 3).

Tabela 3: Evolução da educação básica e fundamental em Minas, Sudeste e Brasil

ANO	BRASIL		MINAS GERAIS		SUDESTE	
	Ensino Básico	Ed. Fundamental	Ensino Básico	Ed. Fundamental	Ensino Básico	Ed. Fundamental
2005	56.471.622	33.534.561	5.336.986	3.407.983	21.709.637	12.324.167
2006	55.942.047	33.282.663	5.258.741	3.343.922	21.389.348	12.344.341
2007	52.379.893	31.733.198	5.071.072	3.211.857	20.425.263	12.045.635
2008	52.589.991	31.694.497	5.102.342	3.177.652	20.761.039	12.097.078
2009	52.580.452	31.705.528	5.048.870	3.120.335	20.617.965	12.077.297
2010	51.549.889	31.148.207	4.985.864	3.037.343	20.334.290	11.923.026
2011	50.972.619	30.490.476	4.932.285	2.929.569	20.120.683	11.682.436
2012	50.545.050	29.826.627	4.842.066	2.831.003	19.958.462	11.409.811
2013	50.042.448	29.187.602	4.783.117	2.775.695	19.806.604	11.193.656
2014	49.771.371	28.571.512	4.746.926	2.745.912	19.705.590	10.959.511
2015	48.796.512	27.931.210	4.624.599	2.671.665	19.236.902	10.621.608

Fonte: adaptado do INEP (2005 – 2015)

Como se nota, é evidente a queda no ensino fundamental, contudo, sua taxa é relativa às crianças em idade escolar fundamental, uma vez que segue uma linha por toda região pesquisada, o que é perceptível na Figura 2.

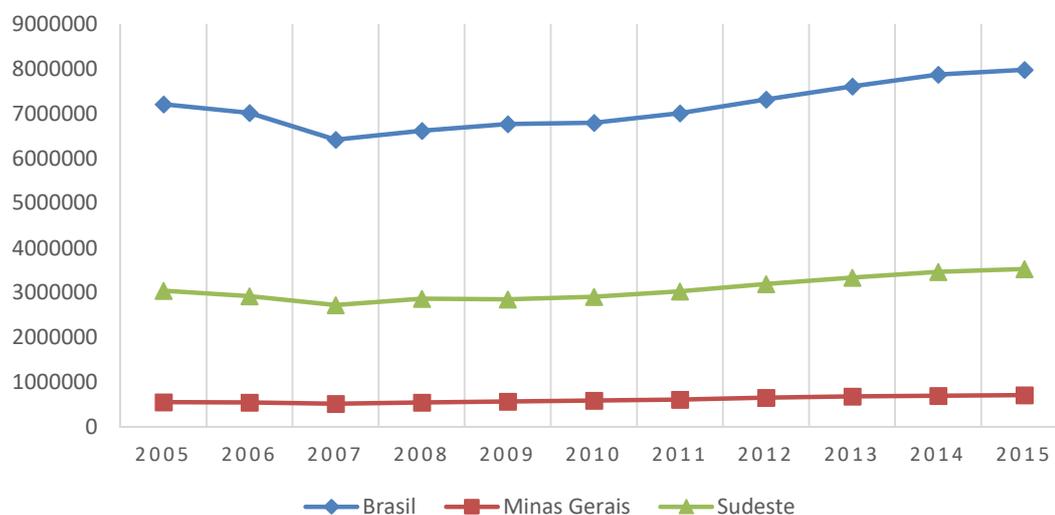


Figura 2: Evolução das Matrículas no Ensino Infantil

Fonte: Resultado das Análises. INEP (2005-2015) -

Os dados sobre ensino infantil são animadores, com políticas públicas específicas e presente em todos os planos de educação, federais, estaduais e municipais. A Educação Infantil vem apresentando índices de desempenho satisfatórios, mostrando a importância e eficácia da ação de educação básica.

Com a relação ao ensino médio a Figura 3 mostra a evolução para os ambientes analisados.

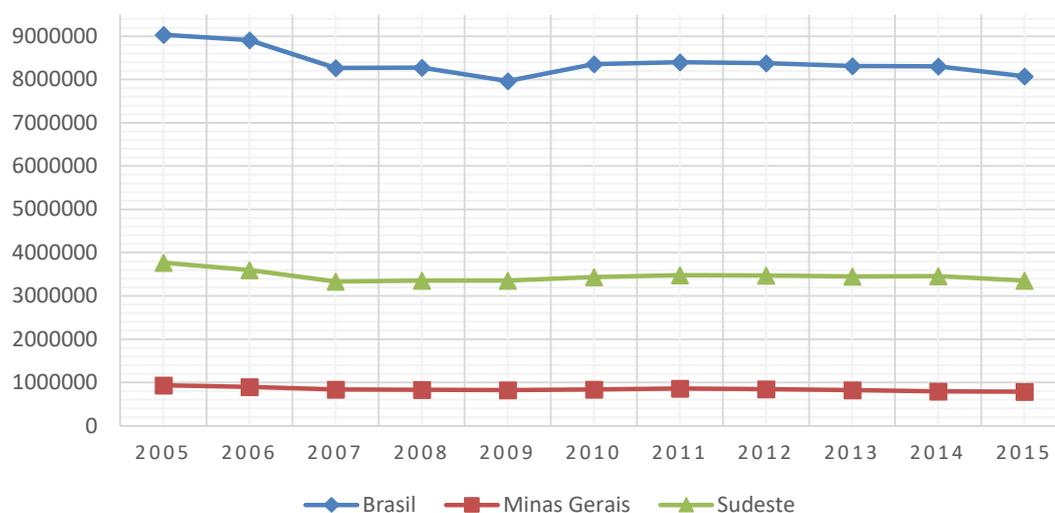


Figura 3: Evolução das Matrículas no Ensino Médio

Fonte: Resultado das Análises. INEP (2005-2015)

Observa-se que o ensino médio brasileiro apresenta um quadro não agradável. A sua queda mais acentuada não acompanha a queda de jovens. As ações públicas realizadas na área do ensino médio se mostram sem eficácia nas matrículas. As regiões estudadas mostram quedas diferentes. Minas Gerais e Brasil tiveram quedas mais acentuadas que o Sudeste.

A Figura 4 mostra um retrato do ensino profissional ou profissionalizante.

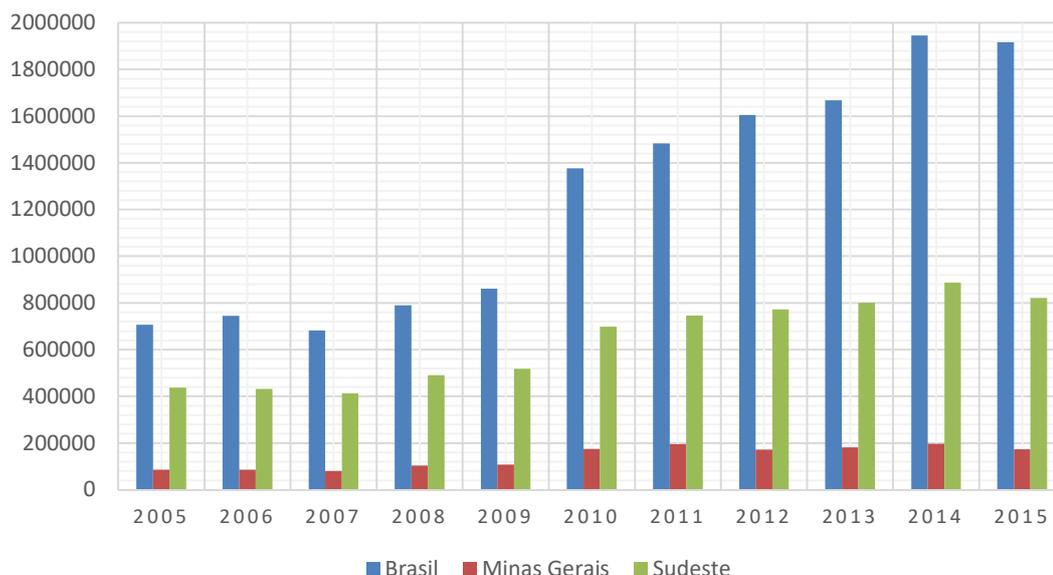


Figura 4: Evolução das Matrículas no Ensino Profissional

Fonte: Resultado das Análises. INEP (2005-2015)

O ensino Profissional é de grande importância nas políticas públicas apresentadas. O governo federal, em consonância com os demais, vem fazendo um papel de melhoramento do ensino neste sentido. Os índices apresentam crescimento, principalmente em 2009, com a popularização de programas como o PRONATEC, além dos programas estaduais técnicos e profissionalizantes. Esta é uma ação que tem mostrado sua eficiência.

No que diz respeito à matrícula no ensino de jovens e adultos, a Figura 5 apresenta um quadro evolutivo da modalidade.

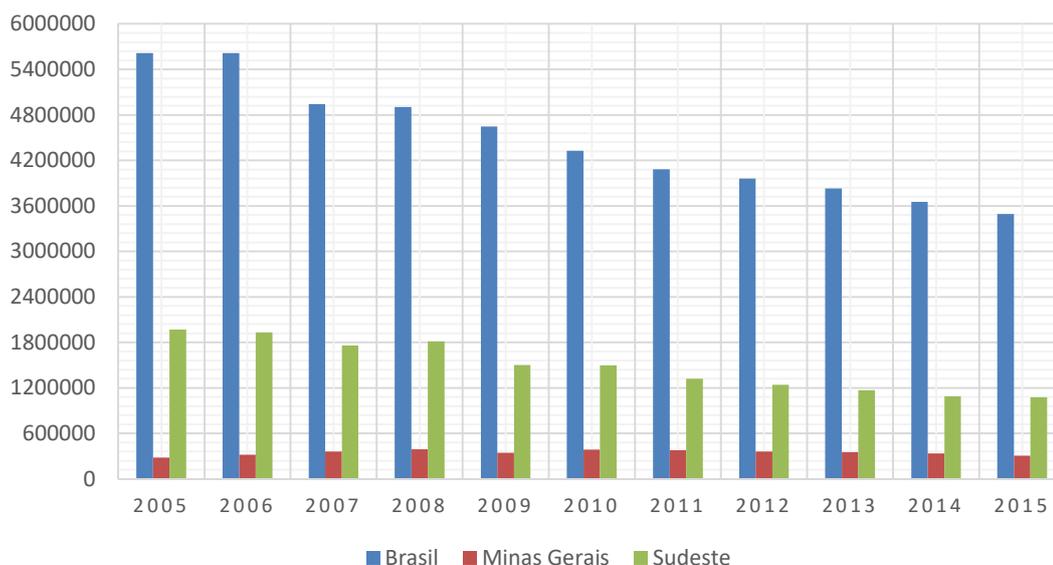


Figura 5: Matrícula Ensino de Jovens e Adultos

Fonte: Resultado das Análises. INEP (2005-2015)

Em suma, o Ensino de Jovens e Adultos é uma importante ferramenta da educação brasileira, sendo uma responsabilidade de estados e municípios. Nota-se que houve uma queda desse tipo de ensino no país e a região Sudeste é um dos que mais se destaca, a busca por cursos profissionalizante, a crise financeira e a falta de uma política específica são características deste ensino, mostrando a realidade de quase metade da população maior que 18 anos não ter fundamental. Todavia, Minas Gerais não apresenta essa brusca queda devido ao seu programa de ação diretamente para o EJA, mostrando assim a preocupação do governo atual do estado, e a eficácia do projeto. A mudança fundamental do Ensino de Jovens e Adultos foi o horário mais flexível das aulas, onde contempla maior número de pessoas.

Quanto ao ensino superior no Brasil, região e estado analisados, o que se nota é um crescimento abrupto pelos anos, como é ilustrado na Figura 6.

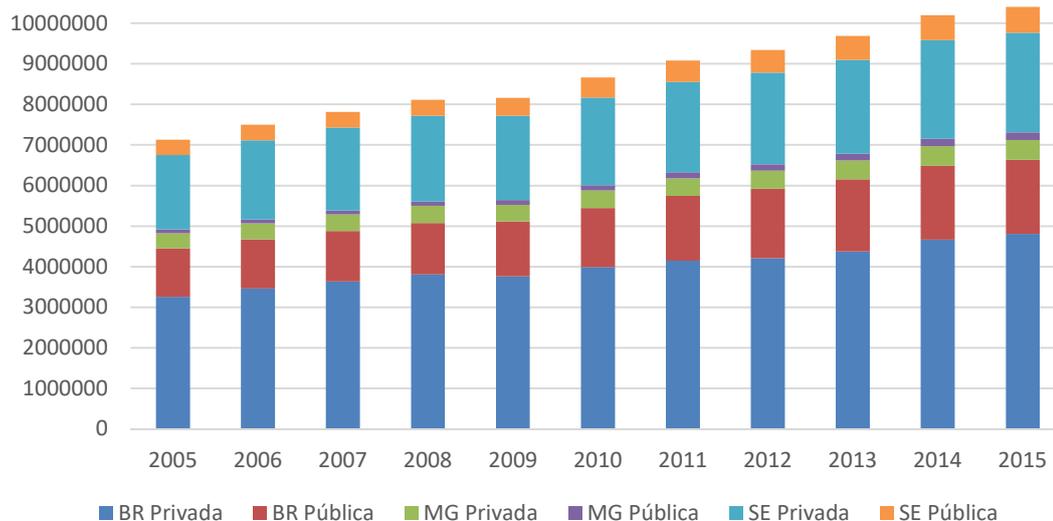


Figura 6: Matrículas Ensino Superior conforme instituição e localidade analisada

Fonte: Resultado das Análises. INEP (2005-2015)

Esse crescimento observado pode ser decorrente dos programas federais como REUNI, FIES e PROUNI, os quais estão mostrando sua eficácia nas matrículas e aumento na educação superior. Outro fator interessante é o aumento mais acentuado nas instituições privadas, devido a facilidade de crédito de pagamentos, a facilidade do acesso. Um fator que muito ajudou este aumento é a falta de curso superior pela massa da população brasileira, levando assim a uma gama de gente estar almejando o ensino superior. Além disso, a participação de Minas e do Sudeste em relação ao país pouco mudou, devido a sua estrutura e facilidade MG e SE se mantem grandes.

4.2 Políticas e realidade da Educação Ouro Preto e Mariana

A cidades de Ouro Preto e Mariana apresentam similaridades em vários aspectos. Desde as famílias que residem, os empregos encontrados, a história das cidades, a renda e a maneira de se viver. Com a educação não é diferente. As cidades apresentam carências em suas escolas, longe das suas sedes, dificultando ainda mais o conhecimento para quem está no meio rural. Além, é claro, de escolas com superlotação outras com esvaziamentos, mostrando um descontrole sobre a

alocação dos estudantes. Ambas cidades contam com o SENAI e *campus* da UFOP.

Por serem cidades-monumentos mundiais e históricos da humanidade, a carga cultural e intelectual é vasta. São cidades amplamente turísticas, onde tem uma indústria da mineração forte, recebendo pessoas de todo o mundo, vários museus e locais cuja cultura e os pensamentos críticos são um pilar.

Com índices de desenvolvimento humano (IDH) parecidos (quase 0,7, ambos), apresentam boa estrutura para se viver. Contudo, as cidades sofrem com a falta de parcerias reais para a melhoria da educação e desenvolvimento sustentável, tanto com instituições que nelas estão situadas quanto com as políticas públicas efetivas nas cidades (PME Ouro Preto, 2015; PME Mariana 2015). Tudo isso fica evidente nas Tabelas 4 e 5, que são apresentadas a seguir.

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Mariana

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,279	0,474	0,664
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	25,85	37,46	59,47
% de 5 a 6 anos na escola	57,27	86,1	97,28
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	36,2	68,13	87,76
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	13,92	39,65	57,32
% de 18 a 20 anos com médio completo	8,29	19,34	38,41

Fonte: adaptado da PNUD, IPEA e FJP

Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Ouro Preto

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,283	0,524	0,677
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	28,42	42,84	58,37
% de 5 a 6 anos na escola	46,86	86,94	98,91
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	41,9	75,24	93,67
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	14,3	49,76	57,82
% de 18 a 20 anos com médio completo	10,28	20,04	41,36

Fonte: adaptado da PNUD, IPEA e FJP

Em linhas gerais, Ouro Preto e Mariana apresentam Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Educação¹ muito parecidos, nos aspectos positivos, como a elevada renda média e negativos, como a não elevada taxa de educação. Entretanto, os PMEs das cidades não estão tendo a efetividade que se espera. Ouro Preto e Mariana apresentam indicadores muito parecidos com Minas Gerais, todavia é perceptível a melhora em renda e educação. Este fator pode ser considerado com o grande número de cidades no estado e força mineradora e turística de Ouro Preto e Mariana. Por isso, é preciso uma análise mais criteriosa sobre o caminho educacional das regiões estudadas.

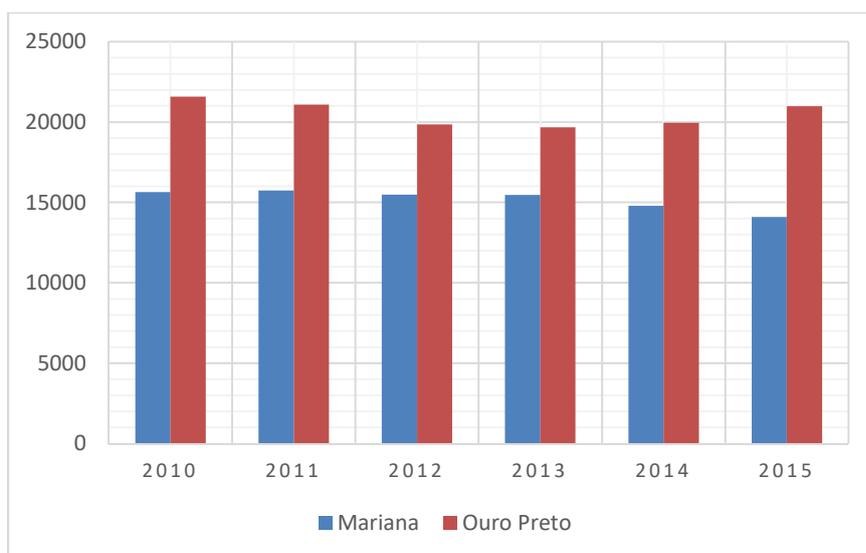


Figura 7: Matrículas no ensino básico para as cidades de Mariana e Ouro Preto, durante o período de 2010 a 2015

Fonte: Análise dos Resultados. INEP (2010-2015) - SEE/MG (2010-2015)

É possível observar que o ensino básico na região vem apresentando diferentes comportamentos. Enquanto a cidade de Mariana segue a mesma tendência do Brasil e de MG, ou seja, uma queda, a cidade de Ouro Preto vem apresentando índices de incremento de matrículas nos últimos anos. Para melhor análise é necessário esmiuçar quais políticas estão sendo mais efetivas, o que é visto na Figura 8, por exemplo.

¹ O IDHM-educação é um dos elementos utilizados para calcular o IDHM, considerando apenas indicadores educacionais de uma população.

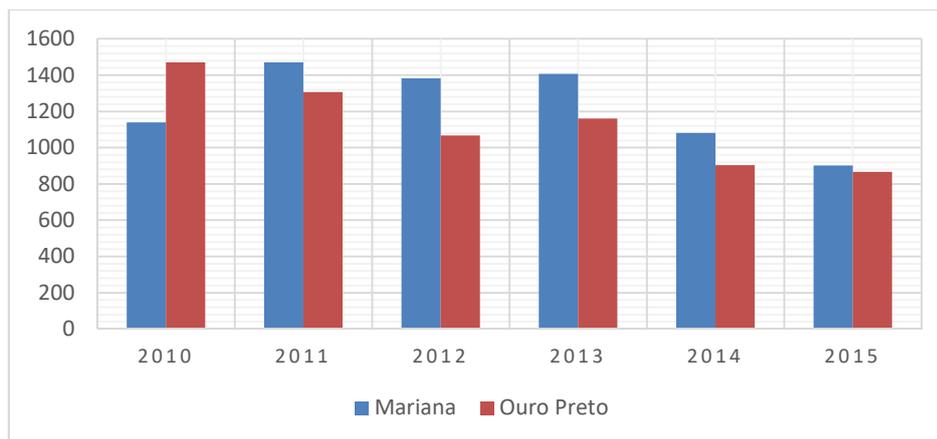


Figura 8: Evolução das Matrículas na Educação de Jovens e Adultos em Mariana e Ouro Preto

Fonte: Resultados das Análises. INEP (2010-2015) - SEE/MG (2010-2015)

Apesar de serem cidade vizinhas com muitas características semelhantes, o índice de matrículas do ensino médio e EJA semelhantes. Enquanto a Primaz de Minas (Mariana) percebeu queda em ambos os ensinos, a cidade de Ouro Preto vem mantendo seus índices de ensino médio, mas acompanha a queda nos índices do EJA. Isso mostra a necessidade de revitalização do EJA nas cidades e em Minas Gerais e um decréscimo na educação média sentida nas regiões estudadas.

Apesar das diferenças entre as cidades, é notável a busca pelo aumento da escolaridade média da população, o que corrobora as afirmações de Lins (2013) sobre a importância e percepção dos indivíduos sobre a educação, que não serve só para produção tecnológica, operações e produções, mas pelo fato de gerar oportunidades de emprego, renda e produtividade.

A educação profissional, por sua vez, é uma grande válvula para jovens e adultos. As regiões estudadas apresentam índices completamente diferentes no quesito educação profissional (Figura 9).

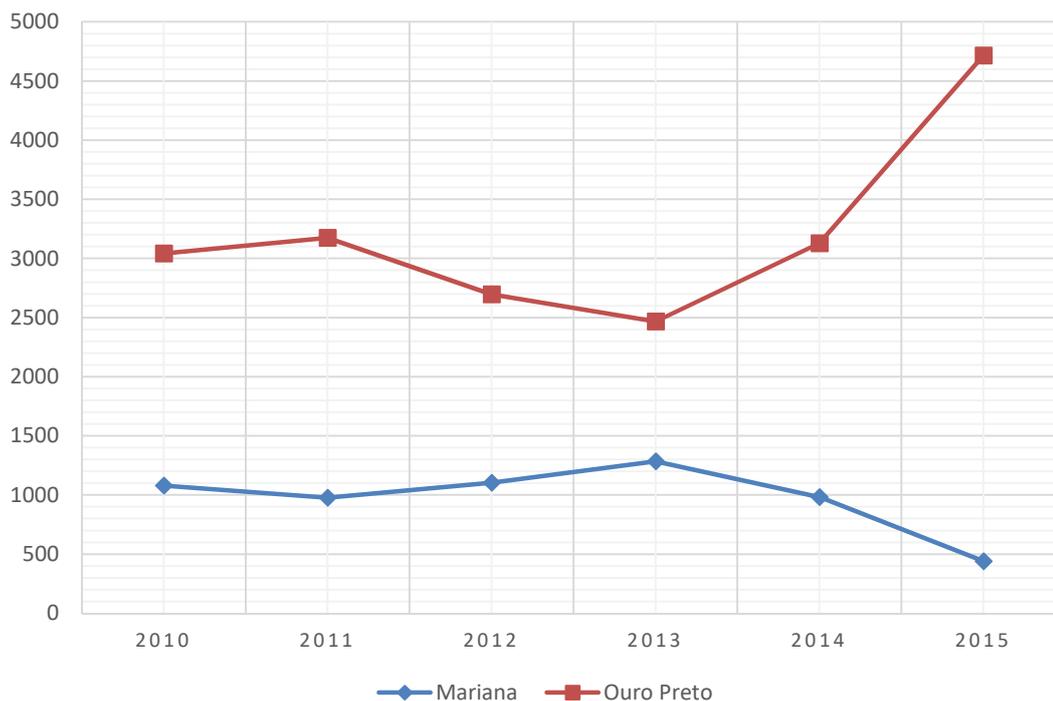


Figura 9: Evolução das Matrículas na Educação Profissional em Mariana e Ouro Preto

Fonte: Resultado das Análises. INEP (2010-2015) – SEE/MG (2010-2015)

Ouro Preto vem com índices crescentes nos anos últimos anos, mostrando uma possível eficiência de programas estaduais e federais. A cidade de Mariana tem índices constantes de 2010 a 2013, a partir daí vem com decréscimo abrupto. Vale ressaltar que a Unidade SENAI Mariana desde 2014 é contabilizado no município de Ouro Preto, o que poderia explicar a discrepância nos resultados das trajetórias observadas. Isso mostra uma sinalização prevista em Draibe e Riesco (2011) sobre a necessidade de se inserir as pessoas produtivamente, a partir da educação e promover o emprego, combinando políticas de curto e médio prazo.

A Figura 10 apresenta, respectivamente, a evolução das taxas e o número de participações dos alunos das cidades analisadas no ENEM, junto às outras localidades onde estão situados alguns *campi* da UFOP.

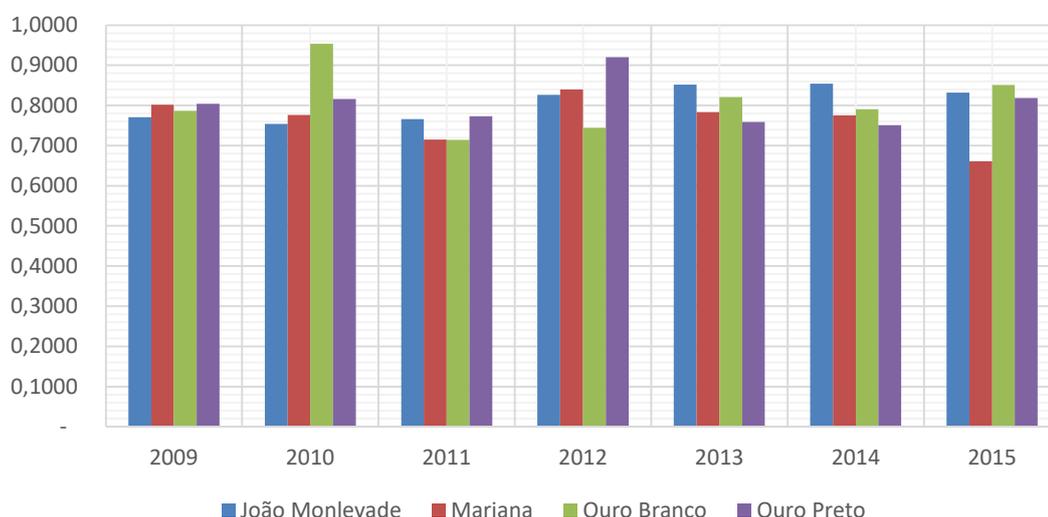
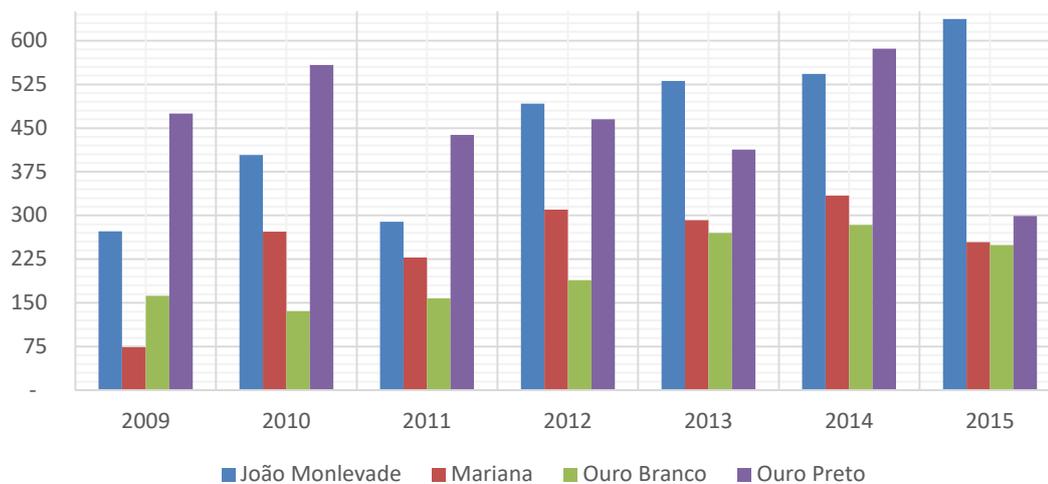


Figura 10: Número de jovens matriculados no Ensino Médio e no ENEM / Taxa de participação no ENEM

Fonte: Análises de Resultados. INEP (2009-2015) – IDEB (2009-2015)

Os alunos do último ano do ensino médio tendem a fazer a prova do ENEM para ingresso nos planos de educação superior, como é previsto por essa política de acesso educacional. As regiões analisadas apresentam taxas variáveis ao longo dos anos, mas sempre tendo índices superiores a 75%, com a instabilidade nas taxas de pessoas que executam a prova, os números absolutos são ainda mais variáveis com os anos, porém é mais notável o desenvolvimento na região de João Monlevade e Ouro Branco, cidades que detêm campus da UFOP e IFMG respectivamente. O número absoluto de alunos comparados as taxas de participação, são outro ponto curioso, mostrando que a oscilação nas turmas,

exceto João Monlevade. A falta de gestão do ensino médio e do EJA podem ser fatores determinantes, a política estadual de educação vem atuando para reverter esta situação.

Por fim, com o objetivo de evidenciar o incentivo que os alunos das cidades de Mariana e Ouro Preto têm em ingressar nas principais instituições de ensino superior público da região, foi elaborado o gráfico da Figura 11 que mostra o total de matrículas a partir do REUNI.

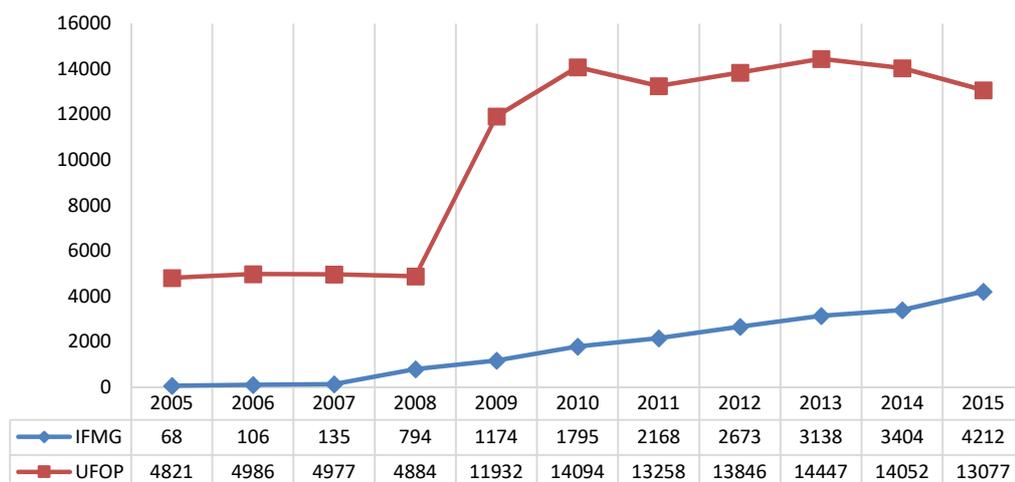


Figura 11: Evolução do Número de Matrículas UFOP e IFMG

Fonte: Análise dos Resultados – UFOP e IFMG (2005-2015)

A região de Ouro Preto e Mariana contam com duas instituições federais que tiveram o apoio dos projetos de educação do governo federal. O número de matrículas, após o REUNI em 2008, cresceu extraordinariamente. Este fato é relacionado pelo brilhante patrimônio material e imaterial das cidades instaladas, a forte inclinação para mineração, turismo e indústria e por serem entidades antigas e de renome. Observando o crescimento de matrículas, o IFMG apresenta um crescimento constante desde 2008. A UFOP tem uma elevação de pico entre 2008 e 2010. Vale a ressalva que o IFMG antes de 2008 era CEFET, voltado para o ensino médio técnico integrado. Ambas instituições são de grande valor educacional e mostram boas respostas para as políticas de inserção ao ensino superior².

² Não foi possível analisar a real movimentação dos jovens ouropretanos e marianenses nas instituições federais locais devido a indisponibilidade de dados solicitados a UFOP e IFMG.

5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Com o estudo da bibliografia do tema e análises apresentadas, foi possível reconhecer políticas e ações públicas que vêm dando certo ao longo do tempo como o PRONATEC, REUNI e PROUNI no quesito de matrículas e de eficácia para o público, levando muitas pessoas a fazer cursos superiores e profissionalizantes.

Observou-se, ainda, que a Educação Básica mostra índices de queda, principalmente, na Educação Média. Em contrapartida, a Educação Infantil apresenta índices mais animadores e de grande cumprimento com as metas dos Planos de Educação.

As políticas que têm maior participação da população civil e mais integração dos poderes públicos tendem a ter mais resultado, como é o caso dos cursos profissionais e ensino infantil.

Um desafio ao presente estudo foi a coleta de dados realizada, que não foi suficiente para atender ao objetivo de uma análise regional mais detalhada, uma vez que as instituições IFMG e UFOP, até o dia 26 de janeiro de 2018, não disponibilizaram material suficiente em relação aos matriculados ouropretanos e marianenses, inviabilizando as análises de políticas públicas federais de cursos superiores na região.

Em relação às políticas públicas e índices analisados, é evidente a importância dos programas sociais como o REUNI, PRONATEC, ProUni, PME, PNM, entre outros, para a região e para todo o Brasil. Ressalta-se o esforço na Educação de Jovens e Adultos, cursos profissionalizantes e o mais animador: Educação Infantil.

As ações governamentais de maior efetividade são parcerias integradas entre a sociedade civil e todas as camadas políticas educacionais elevando a importância e a participação de todos no desenvolvimento e progresso. Os programas já existentes são satisfatórios, todavia, é necessária atenção especial ao Ensino Médio e Educação Fundamental para desenvolvermos um virtuoso ciclo de educação.

Os principais pontos que podemos remeter pela história são as quebras e mudanças pragmáticas no setor educacional em detrimento a anseios políticos, ideologias pessoais e momentos econômicos adversos. Mas, a sede de educação de todo um povo faminto por sabedoria não extinguiu e aperfeiçoou este.

As cidades mineiras apresentam características muito semelhantes entre si, como a mineração, turismo e Faculdades e Universidades, logo este trabalho poderá ser aplicado em outras regiões e trará uma análise mais abrangente nos municípios.

Nesse sentido, este trabalho abre caminhos para que, em um futuro próximo, se faça um estudo de caso sobre a efetividade das políticas de educação para os formandos, se a qualidade de vida do ser humano melhorou, a qualidade de emprego, salário e como isto está refletindo na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ATLASBRASIL, **ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL**. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>> Acesso em 08/01/2018

BARCELAR, Jonildo – **OS NOMES DA TERRA QUE CHAMAMOS DE BRASIL**. Disponível em < <http://www.historia-brasil.com/nomes-brasil.htm>> Acesso em 02/01/2018

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Publicado no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1988.

BRASIL, **DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004**.. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 23 de julho de 2004

BRASIL, **DECRETO Nº 6096, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

BRASIL, **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Brasília, 12 de Setembro de 1996.

BRASIL, **LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 12 de julho de 2001.

BRASIL, **LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 13 de janeiro de 2005.

BRASIL, **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências Brasília, 29 de agosto de 2012.

BRASIL, **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 25 de junho de 2014.

BRASIL, **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União de 16 de julho de 1990-Seção I.

BRASIL, **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Nº 9.005, DE 14 DE MARÇO DE 2017**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/3/2017, Página 1.

CAMILO, C; FERREIRA, R.M.A; MEIRELLES, E; SCACETTI, A.L. **Série Especial: História de Educação no Brasil**. 2013.

CASTRO, Marcelo Lúcio Ottoni de. **A Constituição de 1988 e a educação brasileira após 20 anos**. 2008 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-carta-cidada/educacao-e-cultura-a-constituicao-de-1988-e-a-educacao-brasileira-apos-vinte-anos>. Acesso em: 26 de janeiro de 2018

DE MELO, GUIOMAR NAMO, **Políticas públicas de educação, estudos avançados**. 1991. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n13/v5n13a02.pdf>> Acesso em 20/01/2018

DELGADO, Victor Maia S. **Eficiência das escolas públicas de Minas Gerais: considerações acerca da qualidade a partir da análise dos dados do Sica e do Simave / Victor Maia Senna Delgado**. – Rio de Janeiro: BNDES, 2008.

Dicionário Aurélio, Editora Positivo. **Conceito de Educação**. Página 334. 7ª edição, Curitiba julho de 2009.

Dicionário Aurélio. **Conceito Pindorama**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/pindorama>>. Acesso em: 26 Janeiro de 2018.

DRAIBE S. M.;RIESCO M. **Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação?**. Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

ENEM – **Exame Nacional do Ensino Médio**. Disponível em: <https://enem.inep.gov.br/>. Acesso em: 14 de Dezembro de 2017.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Ed Abril cultural 1984.

G1 – **Audiência pública discute saídas para falta de vagas em creches em São Paulo**. Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/audiencia-publica-discute-saidas-para-a-falta-de-vagas-em-creches-em-sao-paulo.ghtml>). Acesso em 10 de novembro de 2017.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação no Brasil**. São Paulo, Cortez:2009.

Governo do Brasil – **Ensino fundamental desenvolve a capacidade do aprendizado**, 2014.Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-fundamental-desenvolve-a-capacidade-de-aprendizado>. Acesso em: 7 de dezembro de 2017.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – **Dados do Ensino Básico**. 2007-2015.

INEP - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica 2005-2015. Brasília: inep,2017**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censoescolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 28 de dezembro de 2017.

INEP - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação superior 2005-2015. Brasília: inep,2017**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censoescolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 28 de dezembro de 2017.

LINS, Leonardo Melo. **Educação e Economia: um estudo da relação entre estrutura produtiva e demandas educacionais nas regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte**. São Paulo, 2013.

LOPES, Eliana Marta Teixeira (org.) **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica: 2000.

MARTINS, Rosilene Maria Sólton Fernandes. **Direito á Educação: aspectos legais e constitucionais**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

MARX, Karl. **O capital vl. III**. Ed Abril cultural 1984.

Ministério da Educação – **Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04_06.pdf. Acesso em: 28 de dezembro de 2017.

Ministério da Educação - **Educação Integral**. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/educacao-infantil>. Acesso em: 30 de Dezembro de 2017.

Ministério da Educação – **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da Republica – Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/interministerialresumo2.pdf>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.

Ministério da Educação - **Secretaria de Educação Básica - Programas e Ações**, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas>. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

Ministério da Educação - **Secretaria de Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/apresentacao>. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

OECD – **Education at a Glance 2017 - Centre for Educational Research and Innovation** – Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2017_eag-2017-en. Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

Plano Municipal de Educação de Mariana. **Secretaria Municipal de Educação Mariana-MG**. 2015-2024.

Plano Municipal de Educação de Ouro Preto. **Secretaria Municipal de Educação Ouro Preto-MG**. 2015-2024.

REUNI – **Definição “O que é o REUNI”**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

REUNI – **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. Campinas, SP, Autores Associados: 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economia política**. Ed Abril Cultural 1983.

SEE/MG - **PROGRAMA E AÇÕES**. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais [h.https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/16989-educacao-de-jovens-e-adultos](https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/16989-educacao-de-jovens-e-adultos)> Acesso em 10/01/2018

SEE/MG - **PROGRAMA E AÇÕES**. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais <<https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/16988-educacao-profissional>> Acesso em 10/01/2018

SEE/MG - **PROGRAMA E AÇÕES**. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais <<https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/16996-melhoria-da-infraestrutura-fisica-e-mobiliario-escolar>> Acesso em 10/01/2018

SEE/MG – **PROGRAMA E AÇÕES**. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em <<https://www.educacao.mg.gov.br/cidadao/programas-e-acoas>> Acesso em 10/01/2018

SMITH, Adam. **A riqueza das nações vl. II**. [1776]. Ed Abril Cultural 1983.

ZACHARIAS, Vera Lúcia C. **Paulo Freire e a educação**. Centro de Referência Educacional, 2007.